



O LIVRO DIDÁTICO E A PRÁTICA DE LEITURA NA SALA DE AULA: CONCEPÇÕES DOCENTES

Carlos Breno José Lima da Silva ¹
Larissa Petrusk Santos Silva ²

RESUMO

Aprimorar as estratégias metodológicas para o ensino de português apresenta desafios significativos para os educadores, especialmente quando relacionados as atividades de leitura. Com a expansão de políticas e programas educacionais como o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), o olhar a respeito da utilização desta importante ferramenta do processo de ensino-aprendizagem é necessário. O propósito desse trabalho é refletir de forma crítica o uso desse recurso pedagógico com um direcionamento voltado para leitura e à formação de professores. A fundamentação deste trabalho toma por base as discussões e preposições de Irandé Antunes (2003), Wanderley Geraldi (2003), Paulo Freire (1921) e a Base Nacional Comum Curricular (2018). A metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa é de caráter quantitativo e qualitativo. Nesse sentido, a coleta de análise de dados provenientes de entrevistas, com o intuito de analisar e compreender como os professores lidam sobre a perspectiva abordada acerca do ato de ler e do livro didático. Também, compreende um estudo teórico para repensar em situações didáticas as quais podem ser aplicadas em sala de aula. O livro didático e a falta de formação específica para o seu uso pode ocasionar práticas de Letramentos não eficazes e significativas. A mecanicidade de leitura com intuito de preencher exercícios sobre a compreensão leitora é um fator problemático. Ademais, Geraldi (2012), pontua os textos afastados da realidade dos estudantes, os quais são levados como obrigatoriedade no contexto escolar. Como resultado, foi possível perceber que os teóricos envolvidos na pesquisa apresentam a perspectiva crítica e autêntica que os textos devem contemplar para satisfazer o leitor. Além disso, o trabalho discursivo, que é orientado pela BNCC.

Palavras-chave: Livro didático; Prática de leitura; Formação de professores.

INTRODUÇÃO

A problemática relacionada ao livro didático de língua portuguesa utilizado em sala de aula não é um desafio recente e persiste ao longo dos anos. Muitos profissionais da educação, especialmente os professores, enfrentam dificuldades significativas e carecem de experiência suficiente para trabalhar de forma didática e pedagógica com esses manuais. A questão se

¹ Graduando do Curso de **Letras** da Universidade Católica de Pernambuco- UNICAP, carlos.00000844884@unicap.br;

² Graduada em Letras e Mestre em Ciências da Linguagem - Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP, larissa.petrusk@unicap.br;

agrava porque, frequentemente, as instituições escolares impõem aos docentes a obrigação de seguir integralmente as propostas e orientações dos livros didáticos. Essa exigência, muitas vezes, reflete mais uma conformidade com diretrizes institucionais e políticas de caráter neoliberal, que visam “padronizar” e “controlar” o ensino, do que um verdadeiro compromisso com processo de ensino-aprendizagem e práticas pedagógicas. Esse contexto pode levar à adoção de práticas educacionais que não necessariamente atendem às necessidades e realidades dos estudantes, resultando em um ensino que pode ser descontextualizado e pouco eficaz na promoção de um aprendizado significativo e reflexivo. Portanto, a reflexão crítica sobre o uso dos livros didáticos e a busca por abordagens mais flexíveis e adaptativas são essenciais para garantir que o ensino de língua portuguesa seja mais alinhado com as demandas pedagógicas reais e com o desenvolvimento integral dos alunos.

“(…) mesmo conscientes de que os livros didáticos são mercadorias, não esqueçamos que são mercadorias que podem formar milhões de pessoas e que, portanto, não deveriam ser pautadas prioritariamente por questões de mercado.” (Pinheiro,2006, p.116)

Arelado a esse problema na prática em sala de aula, é importante destacar que os cursos de licenciatura pouco (ou não) refletem sobre a prática metodológicas do ensino da Língua Portuguesa e a prática com a utilização de materiais didáticos, especialmente a negligência na observação e análise dos livros didáticos. Essa falta de estudo e exploração dos guias no ambiente acadêmico pode levar a dificuldades no exercício didático-pedagógico dos profissionais em sala de aula.

Nesse contexto, muitos livros são intitulados como “Guia dos Professores” ou “Manual do Professor”, o que pode limitar a autonomia do docente e forçá-lo a restringir sua prática às propostas desses materiais didáticos. Essa abordagem frequentemente desconsidera o tempo e o esforço investidos na formação do professor, reduzindo sua atuação a seguir um “manual” prescritivo. Assim, é crucial refletir sobre as estratégias, ferramentas e recursos utilizados na preparação dos docentes, assegurando que eles estejam bem equipados para atuar de forma eficaz no mercado de trabalho.

É fundamental destacar o papel do PNLD (Programa Nacional do Livro e Material Didático), que visa apoiar o processo de ensino e aprendizagem em escolas públicas de educação básica no Brasil, democratizando o acesso ao livro, à leitura e ao conhecimento. No

entanto, algumas questões merecem atenção, especialmente a origem desses materiais, que frequentemente são produzidos na região Sudeste, particularmente em São Paulo. Apesar de ser um programa nacional, essa concentração geográfica resulta na escassez de autores contemporâneos de outras partes do país, o que limita a diversidade linguística e literária dos materiais didáticos e não reflete adequadamente a pluralidade cultural do Brasil.

Diante disso, a missão da leitura assume um papel crucial, e a escola deve se configurar como um espaço dedicado à expressão e discussão dessa prática. Nesse sentido, seguindo o pensamento de Antunes (2003), “a leitura é uma atividade que proporciona acesso ao conhecimento, ao prazer estético e, ainda, à compreensão das especificidades da escrita.”

Assim, o livro didático desempenha um papel significativo e participativo na formação de bons leitores, promovendo um desenvolvimento interdisciplinar que se integra aos demais componentes curriculares e à prática da escrita.

Com isso, o presente estudo busca refletir sobre as práticas de leitura na escola, com foco no uso do livro didático em sala de aula e considerando as perspectivas dos professores.

METODOLOGIA

A metodologia empregada para o desenvolvimento desta pesquisa de caráter quantitativo e qualitativo, envolvendo a participação e o engajamento de professores de língua portuguesa de alguns estados do Brasil.

Os estudos e reflexões sobre a problemática do uso do livro didático e das práticas de leitura tiveram início durante o Estágio Obrigatório I do curso de Letras, realizado em uma escola da Rede Estadual de Pernambuco. A partir das observações feitas nas aulas expositivas do ensino médio, foi possível perceber que a professora supervisora utilizava o material didático de forma contínua, considerando-o um recurso indispensável para o apoio pedagógico. No entanto, esse uso se mostrava limitado, rigidamente programado e restrito ao material disponível, o que muitas vezes resultava em aulas entediantes, com uma abordagem monótona e tradicional.

“(...) cabe, então, proporcionar aos estudantes experiências que contribuam para a ampliação dos letramentos, de forma a possibilitar a participação significativa e crítica nas diversas práticas sociais permeadas/constituídas pela oralidade, pela escrita e por outras linguagens.” (BNCC,2018)

Nesse sentido, ao longo das observações, surgiu uma inquietação diante da situação apresentada, motivando a busca por abordagens teóricas no campo, bem como pela escuta e acolhimento das ideias de outros professores de língua portuguesa. Para investigar as percepções dos docentes sobre o livro didático utilizado na escola, foi aplicado um formulário on-line. A pesquisa abrangeu 20 professores, dos quais 90% atuam em escolas públicas. Entre as respostas mais relevantes, constatou-se que 66% dos entrevistados sentem falta de formação adequada para utilizar o guia, enquanto 50% afirmam realizar atividades fora das propostas do livro, por considerarem que o conteúdo não é coerente com os assuntos abordados ou com a realidade de suas turmas.

Por meio dessa análise em sala de aula, buscou-se uma perspectiva empírica, procurando identificar figuras importantes que se dedicaram e ainda se dedicam à pesquisa e aos estudos voltados para o aprimoramento das práticas de leitura no ambiente escolar.

A FORMAÇÃO DE LEITORES: UMA QUESTÃO SOCIAL

Segundo Freire (1981), a leitura da palavra é sempre precedida pela leitura do mundo. O educador Paulo Freire enfatiza que a compreensão da realidade em que os educandos estão inseridos é fundamental para o processo educativo. O autor afirma que a leitura da palavra não pode ser dissociada do contexto social, cultural e econômico que envolve o indivíduo. Para Freire, a educação deve promover uma relação dinâmica e interativa entre linguagem e realidade, permitindo que os alunos compreendam e interpretem o mundo ao seu redor através da prática de leitura e escrita. Assim, o educador destaca a importância de estabelecer uma conexão significativa entre o conteúdo curricular e a vivência dos estudantes, de modo que a aprendizagem se torne um processo mais relevante e engajante.

Antes de serem formalmente alfabetizados, os indivíduos frequentemente participam de diversas situações de letramento no cotidiano, como em conversas diárias, na observação de imagens ou durante atividades comuns, como uma ida ao supermercado. Essas experiências prévias fornecem uma base valiosa de conhecimento que deve ser explorada e ampliada na escola por meio de práticas pedagógicas interdisciplinares e metodológicas. Assim, o meio social desempenha um papel crucial na formação de leitores, pois essas vivências iniciais ajudam a conectar a aprendizagem escolar com a realidade dos alunos, tornando o processo de alfabetização mais significativo e relevante.

“A escola é um lugar de troca de experiências e deve se tornar, também, um espaço de respeito à diversidade” (Camilo Rosa, 2007). Diante desse pensamento, as instituições de ensino, juntamente com o corpo docente, devem compreender a subjetividade dos sujeitos e considerá-la no trabalho pedagógico, especialmente no que diz respeito à leitura. Por isso, é fundamental que o professor conheça o livro didático e tenha um contato antecipado com o material para avaliar se a seleção de textos e gêneros dos manuais é adequada ao contexto de sua sala de aula. Desse modo, o professor pode realizar um trabalho autônomo, buscando experiências de letramento que realmente reflitam o contexto social dos estudantes, respeitando sua base cultural ou contribuindo para sua ampliação.

Geraldi (2003) defende que o ensino da língua portuguesa deve se basear em três práticas essenciais: a leitura de textos, a produção de textos e a análise linguística. Segundo Geraldi, essas práticas são fundamentais para alcançar um domínio integral da língua, englobando tanto sua modalidade oral quanto escrita, e evitando assim um ensino superficial e fragmentado. A leitura de textos, por exemplo, não só expõe os alunos a diferentes gêneros e estilos de escrita, mas também contribui para a compreensão e interpretação crítica da língua. A produção de textos permite que os estudantes exercitem e aprimorem suas habilidades de expressão e organização de ideias, enquanto a análise linguística ajuda a entender as regras e estruturas da língua. Sob esse viés, essas práticas estão interligadas e se complementam, promovendo um aprendizado que vai além da mera decodificação de palavras e frases. Elas proporcionam aos discentes um aprendizado crítico e reflexivo, que é profundamente pedagógico, ajudando-os a construir uma compreensão mais rica e contextualizada da língua portuguesa e a aplicá-la de maneira eficaz em diferentes contextos comunicativos.

Além disso, a BNCC (2018) reconhece a importância da interação ativa do leitor, ouvinte e espectador. Com isso, o grupo estudantil deve compreender o espaço que ocupa durante a ação de leitura, entendendo seu papel e sua finalidade nessas práticas. Por esse motivo, é fundamental que o professor, na função de mediador, promova múltiplas práticas de leitura — sejam elas visuais, escritas ou orais. Dessa maneira, os estudantes desenvolverão habilidades e competências para aproveitar e compreender as práticas de letramento dentro e fora do ambiente escolar.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante as observações do Estágio Curricular Obrigatório foi possível observar a falta de incentivo à leitura, especialmente àquelas realizadas por deleite e prazer, nas aulas de português. A predominância das práticas tradicionais do livro didático contribui para a desmotivação e o afastamento dos jovens da leitura. De acordo com os PCN, é fundamental mostrar ao leitor que a leitura não é apenas uma disciplina da grade curricular, mas sim uma atividade social que pode ser realizada em diversos espaços. Por isso, é importante utilizar outros ambientes da escola, como a biblioteca, a quadra, as áreas verdes e de convivência, para promover atividades de leitura. Dessa forma, os estudantes poderão perceber, de maneira envolvente e pedagógica, que a experiência leitora pode ser libertadora.

Outro ponto a ser considerado é a proficiência em leitura no Brasil. De acordo com o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), que ocorre a cada três anos para avaliar o desempenho dos estudantes, a leitura é um dos principais aspectos avaliados. Segundo os dados de 2022, metade dos estudantes brasileiros não possui um nível básico de leitura, considerado a habilidade mínima necessária para o exercício pleno da cidadania. Esse dado é alarmante, pois evidencia a possibilidade de aumento nos índices de analfabetismo no país, seja ele absoluto, funcional ou até mesmo digital.

Portanto, há muitos obstáculos para que o professor estimule a prática de leitura em sala de aula de forma eficiente. Isso exige cautela tanto do profissional quanto da escola, que precisam conhecer bem os materiais didáticos, seguir um planejamento organizado que contemple as competências e habilidades previstas na BNCC e, sobretudo, conhecer os alunos, para compreender os diferentes estágios de suas capacidades leitoras.

Nesse sentido, embora seja uma tarefa árdua para as escolas públicas de educação básica, é essencial reforçar as estratégias de incentivo à leitura. Como afirma Schwarzbold (2011), “um professor-leitor aumenta as chances de instigar seus alunos a também serem bons leitores”. Mesmo diante da sobrecarga de trabalho, é crucial que o docente reserve um tempo específico para ampliar seu conhecimento por meio da leitura de diversos gêneros. Assim, sua prática pedagógica se tornará mais envolvente e inspiradora para os estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos desafios evidenciados ao longo do trabalho, torna-se indispensável a implementação de políticas públicas voltadas para a formação continuada dos professores da

rede básica de ensino, de modo a aprimorar suas competências pedagógicas e assegurar uma educação de qualidade. Além disso, é crucial desenvolver um planejamento pedagógico que inclua práticas de leitura interdisciplinares, promovendo a integração de diferentes tipos de textos e abordagens em todas as disciplinas. Esse planejamento deve envolver não apenas a leitura literária, mas também a leitura de textos informativos, científicos, artísticos e digitais, estimulando o pensamento crítico e a formação integral dos estudantes. Segundo Soares (2023), a escola, embora não seja a principal responsável pela desigualdade, tem um papel fundamental na promoção do domínio da leitura e da escrita como ferramentas contra a discriminação e as dificuldades sociais.

Considerando o excerto e o conteúdo deste artigo, torna-se evidente o quanto é essencial adotar um olhar sensível e atento no que diz respeito à prática da leitura no ambiente escolar. É imperativo buscar, estudar e desenvolver formas e métodos de ensino que sejam viáveis e significativos tanto para os docentes quanto para os discentes, indo além da superficialidade e da sistematização muitas vezes imposta pelos livros didáticos. Isso implica em promover uma abordagem mais ampla e diversificada da leitura, que não se restrinja a um único tipo de texto ou interpretação, mas que contemple diferentes gêneros, perspectivas e contextos. Desse modo, a leitura pode se consolidar como um instrumento poderoso de transformação social, contribuindo para a diminuição das desigualdades e para a formação de um país mais crítico, reflexivo e consciente de suas múltiplas realidades.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Irandé. Aula de português: encontro & interação. 8 ed . São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 9 set. 2024.

BRASIL. Educação básica no Brasil: panorama e desafios. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>. Acesso em: 6. Set. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Programa Nacional do Livro e do Material Didático: PNLD. Brasília, DF: MEC, 2023. BRASIL. Ministério da Educação. Programa Nacional do Livro e do Material Didático: PNLD 2024: manual do professor. Brasília, DF: MEC, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/educacao-basica/pnld>. Acesso em: 9 set. 2024. . Acesso em: 9 set. 2024.



FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. 23. Ed. São Paulo: Autores associados: Cortez, 1989.

GERALDI, João. O texto na sala de aula. 1. Ed. São Paulo: Anglo, 2012.

INEP. Resultados do PISA. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/pisa/resultados>. Acesso em: 7. Set. 2024.b

PINHEIRO, Helder. (2006). Reflexões sobre o livro didático de literatura. In C. Bunzen & M. Mendonça (Eds.), Português no ensino médio e formação do professor (3ª ed., pp. 103-116). São Paulo: Parábola Editorial.

SCHWARZBOLD, Caroline. Desenvolver a competência leitora: Desafio ao professor do Ensino Fundamental. Dissertação (Dissertação de pós-graduação em Letras) – Universidade Federal de Pelotas, p.58. 2011.

SILVA, Camilo. Ensino de português demandas teóricas e práticas. João Pessoa: Ideia, 2007.

SOARES, Magda. Entrevista com Magda Soares. Disponível em: https://youtu.be/GJVAIveJEnA?si=V8VFm9xuLwaG6Z_W. Acesso em: 8.set.2024.